



## Boletim WRM 259

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais  
Novembro / Dezembro 2021

### Frente às imposições do capital, a luta continua!



Nossa Opinião: A semeadura da luta e da articulação coletiva.....	2
A coerção do megaprojeto da nova capital da Indonésia e o descaso com as vozes do povo Balik.....	4
Megaplantações de pinus na Patagônia Argentina: invasão territorial, incêndios e falta de água.....	10
Fundo Arbaro: uma estratégia para expandir as plantações industriais de árvores no Sul global.....	16
A agenda da empresa de plantações de árvores Suzano na COP26 do clima da ONU: expansão, árvores transgênicas e certificação pelo FSC.....	22

#### RECOMENDADOS

Série de animação “Histórias de descolonização”.....	27
A economia feminista: aprendendo com as mulheres agricultoras.....	27
Poluidores e saqueadores. As raízes da crise na África.....	27
Vigilância nos territórios: agricultura 4.0.....	28
A farsa da compensação Total.....	28

*Este Boletim tem artigos escritos por as seguintes organizações e indivíduos:*

*Um ativista e jornalista indonésio; Coletivo Aguayala, Argentina; plataforma REDD-Monitor; e membros do secretariado internacional do WRM*

# Frente às imposições do capital, a luta continua!

## Nossa Opinião

### A semeadura da luta e da articulação coletiva

**Convidamos vocês a refletir junto a uma militante que, a partir de suas lutas no Brasil, explora os processos de resistência e os desafios enfrentados. Nesta reflexão, também convidamos a aderir à resistência coletiva, sejam quais forem os seus próprios contextos e espaços de organização. A luta continua e a luta é uma só!**

O WRM, em seu papel de acompanhar e apoiar as lutas populares e de base em defesa de territórios e florestas, vem ouvindo e aprendendo com os vários encontros, intercâmbios, diálogos e visitas com nossas aliadas e aliados em diferentes regiões do Sul e do Norte Globais. Nessa caminhada, também temos profunda admiração pelas inúmeras e diversas resistências que se levantam e se sustentam, mesmo com as mais inimagináveis dificuldades.

É apesar da violência exercida contra seus territórios e suas vidas, da imensa pressão e dos múltiplos planos para expandir ainda mais o modelo extrativista sob os slogans das “soluções verdes”, apesar do assédio e da violência sexual sofridos por muitas mulheres e meninas que vivem dentro e próximo de concessões extrativistas, principalmente plantações industriais de monoculturas, da contaminação de seus solos, alimentos e fontes de água, da intimidação e da criminalização, da marginalização e do racismo estrutural e tantas outras coisas. É apesar de tudo isso que as lutas continuam, e é apesar de tudo isso que se pode chamar a esperança pelo nome.

Convidamos vocês a ler uma reflexão muito importante da militante do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, Rosalva Gomes, que convive e depende da coleta do babaçu para sobreviver. Durante um encontro com líderes e representantes de comunidades afetadas por plantações industriais de árvores em Moçambique, Tanzânia e Brasil, Rosalva compartilhou as experiências e aprendizados delas sobre a resistência e seus desafios.

*“Não existe receita pronta para resistir. Depende de cada território, do alcance de cada território, vai depender muito da fortaleza interna de cada território e da especificidade de cada país, estado e comunidade. Mas existe uma estratégia unificadora. Porque de uma coisa temos certeza: se não contribuirmos com fortalecimento, unindo forças, vamos sofrer impactos muito grandes, ainda maiores. Já estamos atravessando muitas dificuldades. A união de forças entre comunidades e organizações é um dos caminhos.”*

Referindo-se à fábrica da Suzano Papel e Celulose, em Imperatriz, no Maranhão, que desde 2014 produz cerca de 1,65 milhão de toneladas de celulose e 60 mil toneladas de papel higiênico por ano, e que junto com as rodovias, o transporte constante de madeira e a afluência maciça de trabalhadores, causa muita devastação para as populações da região, ela nos conta:

*“Na comunidade de Curvelândia, aqui perto de Imperatriz, formada por trabalhadoras e trabalhadores rurais, o conflito começou com os caminhões que transportavam toras de eucalipto. Antes, esses caminhões iam por uma estrada atrás da comunidade, mas agora eles queriam passar pela comunidade. No primeiro dia, a comunidade se organizou, se reuniu e fechou a estrada. A polícia chegou com ar de superioridade, querendo proteger a empresa. Mas a comunidade fechou a estrada. A empresa chegou, as negociações começaram e a comunidade exigiu uma reunião, porque não estava sendo ouvida. Depois de muita insistência, foi realizada uma reunião com a Suzano, onde se pediu que os caminhões não passassem mais por ali. Enquanto isso, as organizações de apoio estavam pensando em maneiras de se comunicar e alertar sobre esse caso. Porque o que essas empresas não gostam é a visibilidade dos seus crimes. Fizemos um vídeo contando a história, armamos uma denúncia, e agora estamos encaminhando ao conselho nacional de direitos humanos. O número de caminhões foi reduzido. Mas a empresa tentou intimidar, ficou observando, passando a mensagem de “estamos alertas”.*

*Como eles conseguiram isso? Todas as pessoas da comunidade participaram, havia homens, mulheres, idosos, jovens, todos da comunidade. Eles assinaram uma petição, registraram um protocolo no município. Eles não consultaram ninguém. É um processo lento. O levantamento tem que começar de dentro para fora. Não há força maior do que essa. As organizações de apoio ajudam muito, mas essa força a partir de dentro, essa dedicação, essa advertência constante, esse saber como avisar, deixar a mensagem, articular esta ou aquela pessoa para participar ... Esse nosso caminho tem uma força muito maior, e fortalece as forças que nos ajudam.*

*Então, falamos de resistência, mas precisamos encontrar a forma de enfrentar isso, porque muitas vezes a gente só aguenta, né? Mas temos que enfrentar nossas situações, levar em conta nossos próprios contextos, nos impor de alguma forma.*

*A sementeira da luta e a articulação coletiva são duas estratégias, de acordo com as especificidades de cada região e país, que vemos que funcionam”.*

Sejamos todas e todos parte da resistência coletiva de nossos próprios contextos e espaços de luta!

## A coerção do megaprojeto da nova capital da Indonésia e o descaso com as vozes do povo Balik

O Povo Balik arcará com os impactos dos planos de construção do megaprojeto da Nova Capital da Indonésia em Bornéu. As autoridades e as elites empresariais do país certamente estão entre os beneficiados. Por já sentir a imensa apropriação de terras e cultura que o projeto acarretará, uma mulher Balik disse: “Ninguém quer escutar as nossas vozes”.

[Este artigo está disponível em indonésio](#)

O governo da Indonésia está planejando mudar sua capital, de Jacarta, em Java, para a ilha de Bornéu, durante o primeiro trimestre de 2024. O local escolhido para esse megaprojeto imobiliário é uma área dividida entre as regências (estados) de Penajam Paser do Norte e Kutai Kartanegara, na província de Kalimantan Oriental, em Bornéu. O governo planeja transformar 200 mil hectares de floresta na nova sede administrativa do país. O projeto vem se somar às concessões já existentes para mineração, extração de madeira e plantações de dendê, que têm causado um grande impacto sobre as florestas tropicais de Bornéu e nas comunidades que dependem delas.

O Povo Balik vive no meio da área do projeto da Nova Capital. Este artigo destaca suas vozes. Os Balik estão espalhados por várias comunidades, como a de Pema-luan, com 64 famílias, a de Sabut, Harapan Baru, e outras do Distrito de Sepaku. Seu chefe tradicional, Jubain, prevê conflitos com a chegada de migrantes, à medida que grandes quantidades de pessoas se mudarem para a região da Nova Capital, enquanto a enorme apropriação de terras já começou a ser sentida nas comunidades.

### ***A história de Jubain e do povo Balik em Bornéu***

Certa manhã, Jubain, de 56 anos, chefe tradicional do povo Balik, foi às pressas à cidade de Balikpapan. Com outros membros da comunidade, ele atendia a um convite do presidente da Indonésia, Jokowi, para uma reunião com líderes comunitários em Kalimantan Oriental. O encontro foi planejado paralelamente à visita do Presidente ao local onde se planeja construir a Nova Capital (IKN, Ibu Kota Negara na língua indonésia) e a inauguração da rodovia Balikpapan-Samarinda, em 17 de dezembro de 2019. Porém, em vez de ter a oportunidade de transmitir os pontos de vista das comunidades, Jubain e os outros líderes nem puderam se aproximar da sala de reuniões.

“Nem se conseguia chegar perto, muito menos entrar. Por isso, ficamos sentados do lado de fora da sala de reuniões”, lamentou Jubain. Posteriormente, ele soube que não havia espaço para perguntas na reunião e, portanto, o público não teve oportunidade de expressar qualquer questionamento ou preocupação.

O chefe do Povo Balik ficou muito decepcionado. “Moramos bem no local da Nova Capital, no primeiro anel. Se eles quiserem tomar a nossa comunidade, para onde iremos?”, perguntou Jubain. “Ele [o presidente] é o chefe. Se ele não quiser ouvir as críticas do público e das comunidades, certamente estaremos em apuros”, continuou.

A comunidade Balik de Jubain está mesmo entre as que irão arcar com os impactos do megaprojeto da Nova Capital, enquanto autoridades e empresários estão entre os que vão se beneficiar. Ciente disso, Jubain disse: “Se essas pessoas forem elitistas e empresários,

vão adorar a ideia”. Dahlia, uma dançarina da comunidade Balik que possui um estúdio de arte na aldeia de Harapan Baru, disse que o projeto da Nova Capital ainda nem foi implementado, mas já é possível sentir os problemas. “Nem consigo imaginar o que vai acontecer quando o projeto estiver pronto para ser implementado”, disse ela. “Mas, mesmo assim, é inútil”, Dahlia continuou, “Ninguém quer escutar nossas vozes. Eu quero chorar e gritar, me sinto colonizada, embora estejamos em um país livre e independente”.

Por exemplo, Jubain explicou que, assim que o governo designou o distrito de Sepaku como candidato à Nova Capital, começaram a surgir disputas de terras. “O maior problema é a questão da terra”, disse ele. Antes de o projeto chegar ao distrito, a aldeia estava sã e salva. “No passado, ninguém pensava que suas terras eram muito valiosas. Agora, por exemplo, terrenos de 15 por 20 metros já valem dezenas de milhões de rúpias indonésias. Antes, o preço mais alto era de apenas oito milhões [cerca de 550 dólares]”, disse ele. Agora, quando a terra for certificada, ou seja, medida e registrada pelo governo, seu preço poderá se multiplicar a um bilhão de rúpias indonésias [cerca de 69 mil dólares] por hectare.

As comunidades deste distrito já sofreram muito durante o período de extração de madeira pela International Timber Company Indonesia (ITCI) e a PT ITCI Hutani Manunggal (IHM). A presença do megaprojeto da Nova Capital está piorando as coisas. Jubain acrescentou, tristemente, que “[a Nova Capital] vai formar uma barreira que destruirá e eliminará lentamente a cultura tradicional do povo Balik.”

### ***A concessão da nova capital se sobrepõe à terra da comunidade Balik***

Jubain disse que a área da Nova Capital está nas concessões da IHM e da ITCI. Essa área faz parte da área habitada pelo povo Balik. “A concessão da IHM fica a cerca de 200 metros da minha casa”, afirmou. “Falei com o assessor de relações públicas da IHM e ele disse que a área designada como capital está sendo vigiada pelas autoridades”, continuou.

Não muito depois que a comunidade de Jubain foi designada como candidata à Nova Capital, um grupo de pessoas veio a Pemaluan para medir e registrar as terras da comunidade. Eles têm um programa para certificar 1.000 terrenos para residentes que moram na área do projeto da Nova Capital. “Tenho cerca de 5 hectares que agora estão na área de concessão, onde era a horta dos nossos pais. Nós chegamos antes, e já estamos aqui há muito tempo. Como é que de repente surge um mapa com essa concessão?”, disse Jubain. Ele criticou o fato de que as pessoas em Pemaluan nem sequer tenham sido consultadas sobre os planos para a Nova Capital.

A história dessa área mostra que o povo Balik a habita há muito tempo, e que exerce suas tradições e sua cultura há gerações. “Não estamos na [área da] empresa; é a empresa que está na terra do nosso povo”, Jubain declarou.

Além das terras que o governo cercou para concessões madeireiras, vários atores estão pressionando para que as terras dos residentes de Pemaluan sejam disponibilizadas para esse novo projeto. “Vários moradores já venderam suas terras”, lamentou.

Ele também expressou sua profunda decepção com o governo da regência de Penajam Paser do Norte quando o projeto da Nova Capital foi decidido para ser na área da comunidade. Não houve comunicação com os residentes e os Balik. “O regente aceitou imediatamente liberar e limpar a terra para o projeto. De que terra eles estão falando? Esse

é o problema. Eles não conhecem os problemas que existem nesta terra, nem os impactos sobre as pessoas”, disse Jubain.

### ***As táticas dos chefes das aldeias tradicionais***

Jubain é oficialmente reconhecido pelo governo local como chefe da instituição tradicional da Regência de Penajam Paser do Norte, e foi eleito por sua comunidade em 2017. No entanto, na aldeia de Sabut, o chefe tradicional foi nomeado pela prefeitura de Balikpapan. “Sem que tenha havido eleição”, disse Jubain, “de repente, há um chefe de aldeia. É alguém de fora que decide e nomeia o chefe tradicional”. De acordo com Jubain, obviamente há interesse em tirar vantagem disso.

Jubain explicou que havia sido visitado por pessoas afirmando ser membros da comunidade Balik, mas nenhuma delas falava a língua Balik. Elas diziam querer ajude-os a obter suas terras tradicionais. Jubain recusou educadamente, dizendo que não poderia tomar decisões por conta própria porque há outros chefes tradicionais em nível de regência. Se eles dissessem sim, Jubain também concordaria.

Embora admita ter divergências com as instituições tradicionais do distrito em relação à presença da Nova Capital, ele considera necessário estar atento aos impactos no futuro. Ele está preocupado com as pessoas de outros lugares e cidades que virão para suas terras. “Estamos preocupados, e se essas pessoas forem grandes empresários? Nossos valores, hábitos, cultura, idioma, serão perdidos. Se nos tirarem nossas terras e nos separarmos, não saberemos para onde ir”, disse Jubain.

### ***A destruição começou com a chegada da ITCI e da IHM***

As constantes operações de desmatamento da empresa, explicou Jubain, também tem gerado impactos e mudanças socioculturais na comunidade. Ele se lembra de sua infância, quando a ITCI começou a trabalhar no final dos anos 1960, inicialmente construindo instalações portuárias e estradas. Agora, essa empresa tem uma área de concessão de 173.395 hectares, localizada no anel dois do projeto da Nova Capital. O presidente da ITCI é o irmão mais novo de Prabowo Subianto, Ministro da Defesa. A empresa recebeu uma Licença Comercial para Utilização de Produtos Florestais de Madeira (IUPHHK-HA) em 2012.

Sukanto Tanoto é outro concessionário na área central do local do projeto da Nova Capital. Ele adquiriu a concessão de Hashim Djojohadikusumo em 2006, e possui uma licença especial para explorar madeira de plantações industriais (IUPHHK-HT) da PT. International Timber Corporation Indonesia Hutani Manunggal (PT. ITCI HM). Essa concessão cobre uma área de 161.127 hectares, dos quais 5.644 hectares se sobrepõem à área principal do projeto da Nova Capital.

De 1972 a 2006, Jubain e os moradores de sua aldeia foram obrigados a respirar a poeira que saía da rodovia, e que só parava quando chovia. “Dia e noite trabalhando no transporte de madeira. Pode-se dizer que a grande frota deles passa a cada 10 minutos”.

A rodovia criada pela ITCI dividiu a aldeia de Jubain. “Não sobrou nada”, disse ele. Essa empresa fez um armazém a céu aberto (*manampung*) no porto, que cobre cerca de 5

hectares. Lá, eles empilham grandes toras com o menor diâmetro, que transportam para o distrito de Sepaku e arredores.

Na comunidade de Pemaluan, disse Jubain, o desmatamento entre 1984 e 1985 foi galopante. Caminhões e veículos da madeireira passavam todos os dias. O pessoal da empresa derrubou a floresta ao redor da comunidade sem piedade. Nas laterais das estradas, eles limpavam completamente a floresta. “Assim que a empresa entrou em nossas terras, perdemos nossos meios de subsistência, nossas florestas, tudo ficou vazio porque as árvores foram cortadas”, lamentou Jubain.

### **Perda de cultura**

Jubain explicou como o Povo Balik morava às margens das florestas e rios. Seus pais viviam da floresta. As atividades cotidianas eram procurar resina e ratã, e produzir telhas de madeira. “Os produtos eram vendidos para a prefeitura de Balikpapan”, lembrou.

A destruição da floresta também causou a fragilização ou perda da tradição *mulun* (medicina tradicional Balik). Jubain disse que existe uma relação estreita entre as tradições medicinais e a perda das florestas como espaços de convivência. “A cultura começou a desaparecer quando aconteceu muito desmatamento aqui”, explicou.

Ele também se lembra da época em que ele e seu falecido pai viviam da agricultura ao redor da aldeia. Ele próprio testemunhou o desmatamento quando trabalhava na coleta de galhos de madeira para serem usados como combustível na produção de *polywood* pela empresa.

Segundo ele, o pessoal da empresa controlava tudo. “Não podíamos fazer nada porque sabíamos que, durante a época militar, nos tempos de Suharto, os guardas tinham segurança, com o exército no comando. Entre 1985 e 1986, nós tínhamos medo de não poder mais trabalhar com madeira, usando motosserra, a menos que fôssemos homens da empresa”, disse.

Moradores da aldeia, entretanto, foram atraídas pela busca da madeira que não havia sido levada pela empresa. “Algumas eram levadas à polícia por roubo de madeira na área da empresa”, disse Jubain.

Além de desmatar o espaço de vida, a empresa, na época, não se importava com o Povo Balik, por exemplo, em termos de educação.

Jubain disse que a ITCI tem escola própria, mas as crianças da aldeia não podem frequentá-la. Somente empregados fixos podem receber educação nas escolas da ITCI. Se não for funcionário, você pode se matricular, desde que pague as mensalidades e as taxas, algo obviamente difícil para os moradores. As vidas das pessoas das aldeias e das empresas são inversamente proporcionais. “O pessoal da empresa é rico e leva uma vida muito confortável”, ele disse.

Antes de ser escolhido pela comunidade Balik como responsável pela *adat*, ou lei dos costumes do povo, ele havia trabalhado como *wakar* ou guarda de veículos pesados na empreiteira IHM. Ele fazia isso para ganhar a vida, algo que era difícil devido à presença da empresa.

Segundo Jubain, tudo isso começou porque as pessoas pensam que a comunidade Balik não existe na área florestal de Sepaku. “Os helicópteros passavam e se dizia que estavam fazendo um mapa. Mas talvez porque olhar do ar, eles não sabiam que havia pessoas vivendo lá embaixo, o Povo Balik”, disse Jubain. Além disso, acrescentou, “a casa dos nossos pais costumava ter telhados de palha. De cima, é tudo verde, então o pessoal da empresa não viu que tem casa aqui embaixo”.

Depois que a ITCI desmatou todas as florestas em 2006, parte de sua concessão passou à ITCI Hutani Mandiri (IHM), que plantava madeira de acácia. “As espécies de acácias morrem depois de mais de cinco anos, então eles colhem a cada cinco anos”, disse Jubain.

Essa empresa tomou as terras dos Balik. De repente, o local onde eles costumavam plantar e cultivar frutas estava dentro da concessão. “Primeiro veio a ITCI, depois a IHM, e não havia nada para nós. Agora, chega mais um plano com a construção da Nova Capital (IKN)”, disse Jubain. Ele considera isso uma atrocidade política.

### ***As plantas da comunidade, cortadas pela empresa***

Em 22 de novembro de 2019, o Povo Balik ficou chocado ao ver uma escavadeira pesada, pertencente à PT ITCI Hutani Mandiri (IHM). As plantações dos moradores locais, como as de seringueiras, foram desmatadas pela IHM. As terras agrícolas do povo, perto do rio Karnain, foram destruídas. A aldeia Balik também foi designada como parte da área central do projeto da Nova Capital.

Um morador de Pemaluan, Menyu, disse que sua área foi evacuada sem notificação prévia. “Nossas terras agrícolas, que ocupam uma área de cerca de 2 hectares com 600 seringueiras, 10 palmeiras e 20 coqueiros, foram encontradas totalmente arrasadas”, disse Menyu. Não houve acordo. A empresa queria compensar com 2 milhões de rupias indonésias [cerca de 140 dólares], mas os residentes recusaram. “A área está sendo replantada [com plantações industriais de árvores] pela IHM”, disse Jubain.

Menyu explicou que o povo Balik tem uma profunda tradição agrícola, como outras pessoas em Kalimantan. O sistema é baseado no conceito de agricultura rotativa. Após a colheita, a terra é deixada, fica parada por alguns anos, e quando está recuperada e fértil, o agricultor vem e replanta.

“Quando a terra é deixada para que se recupere, geralmente os residentes cultivam frutas, como *durian lai* e tamarindo, ou *payang*, que parece uma bola de beisebol”, disse Menyu. Segundo ele, as árvores frutíferas são uma marca ou um símbolo de que o terreno pertence à área de manejo tradicional. “Esse é o sinal da legalidade do povo Balik”, disse ele.

Agora, porém, é difícil comprovar a legalidade da área, pois a empresa já expulsou tudo. “Isso acontece na área de Sabut, que fica à esquerda de quem vai para Sepaku. Há frutas por toda parte, tudo está lá, *durian lai*, *langsats*, rambutan, centenas de hectares, as pessoas agora estão tentando processar [a empresa por destruir suas frutas e árvores]. A Brigada Móvel foi enviada para nos intimidar”, disse Menyu. A Brigada Móvel é a divisão militarizada da polícia da Indonésia. Conhecidos como BRIMOB, são um dos aparatos de segurança mais equipados do país atualmente. O governo classificou a construção da Nova Capital como um “projeto estratégico nacional” e, portanto, a BRIMOB também está encarregada de sua “segurança”.

A área era tradicionalmente administrada pelos moradores muito antes da independência da Indonésia. As terras administradas por eles estão no ecossistema do rio Pemaluan e seus afluentes. Porém, “os moradores não podem mais contar com esses rios, principalmente por causa das mudanças na qualidade da água que estão se agravando”. Segundo Jubain, isso está relacionado à exploração florestal realizada pela empresa. Da mesma forma, “assim que a empresa construiu as estradas, os residentes se mudaram, seguindo essas estradas”, explicou Jubain.

Jubain lembrou que antes da chegada das empresas, nunca havia faltado água, pois os rios forneciam a água limpa de que os moradores necessitavam. A desestruturação começou a ser sentida a partir da década de 1990.

Há décadas, o povo Balik vem enfrentando os impactos, principalmente das madeireiras, mas, apesar da magnitude da destruição causada pelas operações madeireiras, eles conseguiram permanecer em suas terras, sobreviver e manter sua cultura viva. Os planos de mudar a capital para o seu território representam uma grave ameaça a toda a região e devem ser interrompidos antes que se concretizem.

*Abdallah Naem,  
Ativista e jornalista indonésio*

## Megaplantações de pinus na Patagônia Argentina: invasão territorial, incêndios e falta de água

O governo argentino continua subsidiando as plantações industriais de árvores, agora também como política contra as mudanças climáticas. Prevê-se que os atuais 1,3 milhão de hectares, principalmente de plantações de pinus (pinheiros), cheguem a 2 milhões em 2030. Da expropriação e da apropriação de terras ao desmatamento e ao aumento dos incêndios, os pinus vêm devastando territórios e comunidades.

Março de 2021 foi um inferno para as comunidades da região andina da Patagônia Argentina. Incêndios violentos assolaram todo o território, quatro pessoas morreram e centenas de famílias perderam suas moradias e seus meios de subsistência. Desde o início de dezembro do mesmo ano, situação semelhante se repete. A região, no oeste das províncias de Neuquén, Río Negro e Chubut, está situada na Cordilheira dos Andes e faz fronteira com o Chile. A partir de 1970, a política de Estado foi **substituir a floresta nativa por plantações de pinheiros exóticos de rápido crescimento, conhecidos como pinus**. O caráter invasivo das plantações industriais e sua disseminação descontrolada não foram levados em consideração.

Essas monoculturas foram um pretexto para a expropriação e a apropriação de terras de comunidades indígenas Mapuche. (1) Um caso que ganhou relevância nos últimos meses é o das plantações de pinus do empresário Rolando Rocco, próximo ao município de El Bolsón, em Río Negro. Desde setembro de 2021, a *lof* (comunidade Mapuche) Quemquemtreu vem recuperando o território ancestral. A ação foi respondida com extrema violência: não só o governo estabeleceu um bloqueio policial rígido, mas também, no dia 21 de novembro, **dois jovens da comunidade foram atacados com armas de fogo, dos quais um morreu e o outro ficou gravemente ferido**. Dois homens ligados às plantações foram presos pelo crime. (2) O jovem mapuche assassinado era Pedro Elías Garay Cayicol, de 29 anos. Nesse mesmo local, em 1993, mataram a avó mapuche Lucinda Quintupuray, por se recusar a vender suas terras, e depois, mataram seu filho. Os crimes nunca foram investigados. (3)

“O chamado Plano Florestal expulsou várias famílias mapuche do território”, diz Mirta Ñancunao, da Comunidade Mapuche Las Huaytekas, em Río Negro. “Aqueles de nós que ainda permanecem no território têm evidências claras e experiências associadas a imposição, subjugação, abusos, expropriação, deslocamentos forçados, processos judiciais, modificação de habitat, alteração de ecossistemas e fontes de água, perda de pastagens para animais, da coleta de *lawen* [remédio mapuche], de frutas, lenha”, diz ela. E adverte que, 50 anos depois, eles sobrevivem como “intrusos” em uma floresta invadida por pinheiros, em pequenos lotes, e em conflito judicial.

Apesar desses impactos, **o governo argentino continua subsidiando as plantações industriais, com o argumento não só do suposto desenvolvimento econômico, mas agora também como política de combate às mudanças climáticas**. A proposta é que os atuais 1,3 milhão de hectares, 100 mil dos quais estão implantados na Patagônia, cheguem a 2 milhões em 2030. (4)

## ***Semear pragas***

Os pinus substituem a mata nativa em um processo praticamente irreversível, em função da magnitude de sua reprodução, da velocidade de crescimento e da capacidade de rebrotar após incêndios florestais. Essas árvores extinguem a biodiversidade da região, pois inibem o crescimento de outras plantas devido às substâncias que emitem e que ressecam o solo. A invasão que está em andamento pode ser observada em várias partes da floresta andino-patagônica. As sementes carregadas pelo vento germinam mesmo entre as plantas altas e, em muitos casos, foram encontrados espécimes crescendo a dezenas de quilômetros da plantação original. (5)

## ***Pinheiros e incêndios florestais***

Nas plantações de pinus, o fogo se propaga cinco vezes mais rápido do que na floresta nativa e 30 vezes mais rápido do que nos arbustos da estepe. As sementes são resistentes ao fogo e germinam muito bem após um incêndio. Cada incêndio gera mais massa combustível e leva a fogos mais vorazes.

Além disso, a mudança climática também gera mais secas, calor e ventos extremos. Nesse contexto, continuar com o programa de grandes plantações equivale a multiplicar os cenários para as próximas catástrofes.

## ***Pinus e água***

Várias cidades montanhosas da Patagônia argentina foram cercadas pelas erroneamente chamadas “florestas comunais” – na verdade, plantações da espécie pinus ponderosa. A maioria foi plantada com o argumento de que elas ajudariam a recuperar encostas e diminuir a pressão sobre a mata nativa e, supostamente, gerar uma indústria regional sem depender da madeira do norte do país.

Por sua vez, nas últimas duas décadas, desapareceram pequenas nascentes de água utilizadas pelos vizinhos. É o caso da cidade de Esquel, em Chubut, onde a comunidade pensou inicialmente que poderia ser uma consequência das mudanças climáticas. Depois, notaram que **as fontes de água secavam à medida que as plantações cresciam**.

Um número cada vez maior de trabalhos de pesquisa, em especial sobre problemas sociais e territoriais, alerta para o enorme consumo de água pelas espécies exóticas (como o pinus) em comparação com a mata nativa ou com as pastagens e arbustos da estepe. Uma análise de mais de 500 bacias hidrográficas em escala global indicou uma redução drástica dos fluxos d'água onde existem plantações, sendo muito mais acentuada nas zonas secas. Com as plantações de pinus, o fluxo diminuiu 40%; com o eucalipto, 75% em média. Além disso, foi demonstrado que a enorme demanda por nutrientes do solo altera a qualidade química das águas superficiais e subterrâneas. (6)

Para antecipar o que pode acontecer no lado argentino se o Plano Florestal for adiante, convém ver as consequências do outro lado da Cordilheira dos Andes, no Gulu Mapu, onde a área de pinheiros e eucaliptos chegou a 3 milhões de hectares.

No centro-sul do Chile (o Gulu Mapu, território Mapuche), tanto pesquisadores quanto comunidades locais alertam para o fato de que as monoculturas de pinus e eucalipto contribuem mais do que as mudanças climáticas para a redução do fluxo dos rios. Impostos durante a ditadura de Pinochet, eles agora chegaram a um nível de invasão impossível de conter.

As comunidades mapuches e camponesas do sul do Chile, cercadas, quando não invadidas ou expulsas para estabelecer plantações em escala industrial, foram as primeiras a sofrer as consequências do modelo.

“... O grande flagelo que enfrentamos hoje é o das empresas de plantações, que destroem impiedosamente a vida natural com suas plantações exóticas em nossa Mapu. Milhares de hectares de pinus e eucaliptos que, além de extinguir todos os elementos, flora e fauna nativas, estão inevitavelmente secando os cursos d'água mais próximos”, disse em 2012 Rumian Lemuy, da Comunidade Williche Kiyemtuain. (7)

As plantações transformaram completamente a paisagem do sul do Chile e são a principal causa de conflito atualmente; a única resposta do governo foi militarizar a região e declarar estado de sítio. Como já foi dito, durante os primeiros dias de novembro de 2021, dois membros da comunidade Mapuche foram assassinados por forças do Estado. (8)

### ***Efeitos sobre o rio Chubut***

O rio Chubut nasce de vários arroios na região da Cordilheira e atravessa a província de mesmo nome de oeste a leste, até o mar argentino. As nascentes ficam na divisa entre a mata e a estepe, uma faixa com cerca de 350 km de extensão. Nessa região, só a empresa italiana de roupas Benetton plantou mais de 10 mil hectares de pinus ponderosa, e continua plantando.

Um trabalho recente nessa área mostrou que a transpiração nas plantações de pinheiros adultos atingiu 73% do fluxo total de água, enquanto foi de apenas 10% na estepe arbustiva. “As plantações de pinheiros no semiárido da Patagônia fazem evaporar toda a chuva, resultando em drenagem profunda zero e recarga de água subterrânea zero”, conclui o estudo. (9) Esses dados mostram que, se a plantação em larga escala de pinus continuar nas cabeceiras da bacia, o fluxo do Chubut diminuirá ainda mais, devido à diminuição das chuvas.

### ***Por que tanto pinus ponderosa?***

Oitenta e sete por cento das plantações da Patagônia Andina são de pinus ponderosa e, na província de Chubut, eles chegam a 96%. As serrarias não os querem porque a quantidade é exagerada, sua madeira não é apreciada na carpintaria, não servem para fazer postes ou colunas, nem como lenha. Então, por que e para que tanto pinus ponderosa?

O ponderosa cresce na Patagônia com o dobro da velocidade da América do Norte, de onde é originário. As mudas sempre sobrevivem, mesmo nos anos de seca, o que permite receber o subsídio estatal ao final do primeiro ano do projeto. Já o pinus oregon, de madeira comparável à do cipreste nativo, não resiste bem à seca e, para completar a plantação, é necessário replantá-lo por quatro anos. Só então o plantador pode receber o subsídio.

Portanto, **a motivação é conseguir dinheiro no menor tempo possível**. Isso incentiva grandes plantações, mesmo sem considerar o uso final que será dado à sua madeira.

Mas, além disso, existem outras motivações. A exemplo do que aconteceu no Chile, no Uruguai e no norte da Argentina, **por trás dos pinus estão as fábricas de celulose e suas sequelas sobre a poluição hídrica**, um assunto geralmente silenciado para não suscitar de antemão a resistência social. Porta-vozes do setor afirmam enfaticamente que as fábricas de celulose estão excluídas do Plano Florestal na Patagônia. No entanto, esse era o propósito explícito desde o início das plantações, nos anos 70: as fábricas estariam localizadas no rio Chubut, perto de El Maitén. (10) Um artigo publicado no jornal *La Nación*, em 2016, explica que o objetivo da Compañía de Tierras del Sur (grupo Benetton) é justamente esse: “Quando chegar a hora, produzirão madeira de muito melhor qualidade do que a do Nordeste da Argentina, mais adequada para fibra de celulose”. (11) Tendo o rio Chubut e pelo menos um município cativo à mão (como El Maitén, onde a maior parte da terra urbana é de propriedade da Benetton, que também tem o apoio do poder político), não é difícil prever o que pode ocorrer nas próximas décadas ou quem será prejudicado primeiro pela água contaminada.

### ***Invasões biológicas, acadêmicas, institucionais***

A substituição da vegetação nativa por plantações industriais tem muitos impactos, cuja magnitude é impossível de visualizar se não forem considerados como um todo e em suas interações entre si. No entanto, nem a academia nem os diferentes departamentos de Estado se comunicam entre si para chegar a um acordo sobre os objetivos de promover as plantações e cujos efeitos não precisem ser lamentados posteriormente. Mesmo dentro das agências estatais, pontos de vista divergentes raramente ou nunca são debatidos de forma aberta. Por isso, as políticas para florestas, áreas protegidas, águas e terras públicas acabam sendo definidas apenas por funcionários públicos que obedecem, antes de tudo, às pressões dos interesses econômicos.

A continuidade do Plano Florestal foi garantida com a formação de “recursos”, como foram chamados os engenheiros formados pela Faculdade de Engenharia Florestal da Universidade Nacional da Patagônia. Recursos humanos para recursos florestais. O Centro de Pesquisa e Extensão Florestal Andino Patagônico (CIEFAP) e a Faculdade de Engenharia Florestal, com o apoio da agência alemã GTZ e seus operadores nos governos provinciais, impuseram o atual modelo florestal de plantações e a necessária legislação favorável. Algo semelhante aconteceu com a “pinuscraia” na província de Neuquén. Esse “desenvolvimento” florestal imposto em grande escala é apenas mais uma forma de invasão de terras e extrativismo.

### ***Que fazer?***

É extremamente irresponsável continuar promovendo as plantações, mesmo fora da floresta, na zona intermediária em direção à estepe. O pior que podemos fazer é “naturalizar” essa paisagem artificial e não ver tudo o que vem detrás: mais seca, acúmulo de material combustível para incêndios cada vez mais devastadores, e a poluição dos rios pelas fábricas de celulose em um futuro próximo.

Como bem se disse, **o problema não é o pinus, mas a escala, as dimensões, a megaindústria do pinus**.

É preciso parar de semear pragas. As plantações realmente necessárias devem ser precedidas de consulta prévia e informada (Art. 169 da OIT) aos habitantes potencialmente afetados e do respectivo estudo de impacto ambiental. A política florestal deve estar integrada a uma política territorial mais ampla que, antes de tudo, deixe de expulsar as pessoas da terra e criminalizar as comunidades que recuperam algo do que um dia foi seu território ancestral.

A expansão das plantações preocupa a muitas comunidades Mapuche, conforme expressado no Parlamento pela Água e o Rio Chubut, em El Maitén, no início de 2020: “Quando nos falta *kizungenewün* (decidir por conta própria), sofreremos as consequências da imposição desse sistema capitalista extrativista. É assim que se impõem as plantações de pinus, que causam secas e destroem as árvores nativas, se espalham com facilidade e são altamente inflamáveis”. (12)

É urgente impedir a proliferação de pinheiros fora de controle em muitos setores. As ações – individuais e coletivas – de moradores são importantes para conter a propagação para áreas não invadidas ou para recuperar outras áreas invadidas (ações simples para remover pinus pequenos ou espécimes secos em pé são sugeridas [neste folheto](#)). Os encontros para impedir a invasão ou recuperar locais específicos e promover o replantio com espécies nativas são de enorme importância educativa. Um projeto de decreto foi apresentado recentemente em Esquel para substituir gradualmente, por árvores nativas, as chamadas “florestas comunais” de pinus que cercam a cidade. O *rukatún* (*minga* ou trabalho comunitário coletivo para o bem comum) é sempre uma oportunidade para construir solidariedade, comunidade, consciência do que é de todos, dos bens comuns, da interdependência mútua. E tudo o que for sendo sugerido pela criatividade e o amor à terra.

### *Aguayala, Argentina*

*Coletivo de pesquisa, divulgação e ação sobre a água – como bem comum – em Abya Yala, com especial referência à região andino-patagônica, formado por moradorxs, membros da comunidade mapuche, cientistas, funcionárixs ou ex-funcionárixs públicxs do setor florestal, militantes de assembleias, comunicadorxs, artistas que trabalham em Esquel e na Comarca do Paralelo 42.*

Este artigo resume o conteúdo da publicação “**Bienvenidos a Pinolandia: Agua, pinos, y territorio. Efectos (hídricos) de la pinificación del territorio**”. Acesse [a publicação completa aqui](#), e poderá ampliar as informações e encontrar as referências bibliográficas completas.

(1) La forestación como instrumento de despojo, 2011. <https://www.facebook.com/notes/nos-oponemos-al-saqueo-de-los-recursos-naturales/la-forestaci%C3%B3n-como-instrumento-de-despojo/145023218900144/>

(2) “El crimen privatizado”, Susana Lara, El Cohete a la Luna, 21 de novembro de 2021 <https://www.elcohetelaluna.com/el-crimen-privatizado/>

(3) Tierras robadas en Cuesta del Ternero: el crimen impune de Lucinda Quintupuray y su hijo <https://argentina.indymedia.org/2021/10/09/tierras-robadas-en-cuesta-del-ternero-el-crimen-impune-de-lucinda-quintupuray-y-su-hijo/>

(4) Plan Estratégico Forestal y Foresto Industrial 2030 <https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/publicacionforestales-versionfeb2020.pdf>

(5) Patricio Segura. 2016. Plantaciones forestales: ¿La marea verde que amenaza a Aysén? [http://www.patagonjournal.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3603%3Aplantaciones-forestales-ila-marea-verde-que-amenaza-aysen&catid=189%3Aclimate-change-series&Itemid=279&lang=es](http://www.patagonjournal.com/index.php?option=com_content&view=article&id=3603%3Aplantaciones-forestales-ila-marea-verde-que-amenaza-aysen&catid=189%3Aclimate-change-series&Itemid=279&lang=es)

(6) Kathleen A. Farley, Esteban G. Jobbágy e Robert B. Jackson. 2005. Effects of afforestation on water yield: a global synthesis with implications for policy. *Global Change Biology* 11(10): 1565-1576. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2486.2005.01011.x>

- (7) Rumian Lemuy. Comunidad Wiliche Kiyemtúain. 2012. Desde la Cosmovisión Mapuche: El Agua de la Mapu está en grave peligro. *El Ciudadano*, 22 de marzo de 2012. <http://www.mapuche.info/?kat=2&sida=3069>
- (8) Chile: Carabineros asesinaron a dos comuneros mapuches <https://www.notasperiodismopopular.com.ar/2021/11/04/chile-carabineros-asesinaron-a-dos-comuneros-mapuche/>
- (9) Mayra Milkovic, José M. Paruelo e Marcelo D. Noretto. 2019. Hydrological impacts of afforestation in the semiarid Patagonia: A modelling approach. *Ecohydrology*: <https://doi.org/10.1002/eco.2113>
- (10) Susana Lara. El velo protector del Estado. Canilla libre para Benetton en Río Negro y Chubut. <https://www.elcoheteealaluna.com/el-velo-protector-del-estado/>
- (11) Los Benetton, de la moda al pino ponderosa <https://www.lanacion.com.ar/economia/campo/los-benetton-de-la-moda-al-pino-ponderosa-nid1874419>
- (12) Proclama del Parlamento por el Agua y en Defensa del Río Chubut <https://www.biodiversidadla.org/Documentos/Proclama-del-Parlamento-por-el-Agua-y-en-Defensa-del-Rio-Chubut>

## Fundo Arbaro: uma estratégia para expandir as plantações industriais de árvores no Sul global

**A falsa ideia de que as plantações industriais são uma solução para a crise climática é uma oportunidade de ouro para fundos de investimento como o Arbaro, que usa o escasso financiamento climático para expandir monoculturas destrutivas. O resultado é mais devastação ambiental e climática, enquanto as comunidades perdem suas terras e seus meios de subsistência.**

Lançado em 2018, o Arbaro Fund foi estabelecido por duas empresas com sede na Alemanha: Finance in Motion e Unique. O Fundo investe em empresas de plantação de árvores que operam no Sul global e já recebeu milhões de dólares por seus planos de expansão dessas monoculturas.

É cada vez mais comum a falsa alegação de que o plantio de monoculturas de árvores ajudará a prevenir o caos climático. E essa falsa alegação está ajudando os gestores e fundadores do Fundo Arbaro a gerar lucros elevados. Entre os fundos que fazem afirmações semelhantes e operam de maneiras semelhantes estão o Althelia Climate Fund e o Permian Global Fund. O esforço do Althelia para gerar lucros é direcionado principalmente a investimentos em projetos a partir dos quais possa vender créditos de carbono florestal. Da mesma forma, o Global Permian se concentra principalmente na venda de créditos de carbono florestal. (1)

É importante entender como esses fundos funcionam e o que se esconde por trás de sua propaganda de que não prejudicam o clima. Uma razão para isso é que outros fundos semelhantes surgirão como parte da nova tendência das chamadas “Soluções Baseadas na Natureza”. Como o REDD+, essa última tendência considera falsamente as plantações industriais de árvores como florestas e como uma solução para a crise climática. Essa é uma oportunidade de ouro para fundos de investimento como o Arbaro, que podem acessar verbas climáticas para expandir monoculturas destrutivas, enquanto embolsam milhões em lucros. Na realidade, esses fundos estão facilitando a expansão de um modelo vicioso de apropriação de terras, violência, poluição e expropriação – e, como consequência, geram mais caos climático.

Em março de 2020, mais de 100 organizações da sociedade civil, incluindo o WRM, assinaram uma Carta Aberta à direção do Fundo Verde para o Clima (GCF), opondo-se ao pedido de financiamento do Arbaro. (3) A direção ignorou as graves preocupações e aprovou um investimento de 25 milhões de dólares no Arbaro, naquele mesmo mês. O Arbaro apresentou ao GCF planos para investir em plantações industriais de árvores em sete países: Serra Leoa, Gana, Uganda, Etiópia, Peru, Equador e Paraguai. O Fundo espera garantir ainda mais dinheiro no futuro e estabelecer outros 75 mil hectares de plantações industriais de árvores.

Os gestores do Arbaro investiram 4 milhões de dólares de seus próprios recursos no Fundo. Eles também garantiram compromissos de 196 milhões de dólares vindos de fundos e bancos, incluindo o Banco Europeu de Investimento, Instituições Financeiras de Desenvolvimento (como o FMO, da Holanda, e o GIZ, da Alemanha), alguns investidores privados e o Fundo Verde para o Clima. (2)

## A Estratégia de *Private Equity*: mais dinheiro para os donos!

O Arbaro é um “fundo de *Private Equity*” ou “capital privado”, o que significa que seu financiamento é constituído por investimentos dos quais os investidores se tornam coproprietários. Esses fundos reúnem dinheiro de investidores externos, juntamente com uma pequena quantia própria, para investir em outras empresas, as chamadas “empresas da carteira”.

No caso do Arbaro, o foco dos investimentos são as empresas plantadoras de árvores do Sul global. Ele compra participação nessas empresas, usando o dinheiro fornecido pelo GCF e outros investidores (e os 4 milhões de dólares que os gestores do Arbaro investiram). Para financiar os planos de expansão das empresas, fundos como o Arbaro costumam contrair novos empréstimos bancários, geralmente por meio das empresas de sua carteira, em vez de usar dinheiro do próprio Fundo. Os ativos das empresas da carteira costumam ser dados como garantia nos empréstimos dos bancos.

Por ter que contrair novos empréstimos elevados e, portanto, fazer grandes pagamentos de juros, a lucratividade de curto prazo das empresas da carteira é reduzida em muito. Essa estratégia alimentada por dívidas minimiza o lucro tributável da empresa, o que significa receitas fiscais mínimas para o Estado em que as plantações foram estabelecidas e lucro máximo para os investidores do Fundo de Capital Privado. Essa estratégia também deve garantir máximo de retorno a investidores como o Fundo Arbaro, mas aumenta em muito as chances de os investimentos darem errado, uma vez que as empresas do portfólio têm dívidas muito elevadas.

A solicitação do Fundo Arbaro ao GCF sugere que as empresas da carteira vinculadas a ele estarão cheias de dívidas, pois estima que seus impostos corporativos serão muito baixos.

O Fundo Arbaro foi criado para existir por 15 anos. Naquele momento, os investidores externos esperam que os investimentos nas empresas da carteira possam gerar lucros. Enquanto isso, os pagamentos que os fundadores do Arbaro receberão do Fundo não dependem do sucesso financeiro das empresas da carteira.

A solicitação do Arbaro ao GCF diz que, se a empresa recebesse o investimento pretendido, de 200 milhões de dólares, os gestores do Fundo receberiam 26,7 milhões de dólares em taxas garantidas para “administrar” o fundo e seus investimentos, independentemente da lucratividade das empresas em que investem. (4) Isso sugere pagamentos garantidos de algo entre 570% e 660%, em comparação com o investimento de 4 milhões de dólares dos gestores do fundo (570% se os 4 milhões fossem perdidos, e 660% se os investimentos acabassem pelo menos empatando). Os gestores do Arbaro também podem cobrar outras taxas ocultas de empresas da carteira por serviços extras.

Após os 15 anos de existência do Fundo, nem o Arbaro nem seus investidores terão qualquer autoridade sobre o que acontecerá com as plantações estabelecidas – ou com o carbono “armazenado” nelas. Curiosamente, a contabilidade de carbono do Arbaro é baseada na manutenção de um estoque de carbono “médio de longo prazo”, que depende de manter as árvores em pé. Essa contabilização dura 24 anos, com a maior parte do sequestro de carbono ocorrendo nos últimos nove – exatamente após o término do período de investimento. (5)

## Expansão de plantações industriais

O projeto apresentado ao Fundo Verde para o Clima é descrito como um “Fundo de silvicultura sustentável”. Afirma-se que “as florestas manejadas de forma sustentável ajudam a proteger o meio ambiente de várias maneiras, incluindo sequestro de CO<sub>2</sub>, combate ao desmatamento e preservação da biodiversidade”. (6) No entanto, a realidade é que seus negócios estão direcionados à expansão das plantações de monoculturas de árvores em escala industrial. Muitas experiências semelhantes com plantações de árvores industriais no Sul global, inclusive nos países visados pelo Fundo Arbaro, proporcionam evidências das muitas consequências prejudiciais desses investimentos nos espaços de vida e meios de subsistência das comunidades. O Fundo Arbaro declara que suas plantações serão certificadas pelo Conselho de Manejo Florestal (FSC), o que não é qualquer garantia, considerando-se o histórico terrível das plantações certificadas pelo FSC envolvidas em conflitos de terra. (7)

O Relatório Anual do Arbaro para 2020 afirma que seu foco para 2021 tem sido trazer novos projetos. (8). Até agora, o Fundo investiu em três países – Gana, Serra Leoa e Paraguai – e está preparando um investimento no Equador. No início de 2020, o Arbaro e o governo do Equador, representado pelo Ministro da Agricultura e Pecuária, assinaram uma carta de intenções para facilitar o investimento, pelo Fundo, de até 25 milhões de dólares em plantações industriais de árvores no país. (9) Além disso, em outubro de 2021, o Arbaro apresentou uma proposta ao Fundo Verde para o Clima que acrescenta dois novos países nos quais ele poderia investir em plantações industriais de árvores: Colômbia e Guatemala. Isso significa que o Arbaro agora também pode usar o financiamento do GCF para se expandir nesses países.

### Miro Forestry em Gana e Serra Leoa

Em Serra Leoa e em Gana, o Fundo Arbaro já está envolvido em plantações industriais de árvores, por meio de uma parceria com uma empresa britânica chamada Miro Forestry Developments. Como o Arbaro, a Miro foi financiada com grandes quantidades de dinheiro público, principalmente de Bancos de Desenvolvimento Europeus, incluindo FinFund, da Finlândia, CDC, do Reino Unido, e FMO, da Holanda. Em 2018, a Miro recebeu 20 milhões de dólares do Arbaro – o primeiro investimento do Fundo.

As empresas da Miro em Serra Leoa e Gana não possuem nenhuma terra, mas têm contratos de arrendamento, alguns dos quais contêm cláusulas variáveis, de modo que os pagamentos aos proprietários de terras estão condicionados ao lucro com a venda de madeira. (10) Em 2019, o grupo teve uma perda em seus “ativos biológicos” (árvores) após prejuízos causados por incêndios, secas e disputas com comunidades. (11)

De acordo com o Relatório Anual do Arbaro para 2020, “à medida que as plantações vão se expandindo e amadurecendo, a empresa [Miro] iniciou a sua fase de industrialização”. Além disso, afirma que, “em 2020, foram estabelecidos os primeiros testes do seu esquema de pequenos produtores florestais, com aproximadamente 50 hectares plantados.” (12) A empresa não especifica em que plantações ou regiões esses ensaios foram realizados.

Em Serra Leoa, a plantação da empresa Yoni cobre mais de 21 mil hectares de terras localizadas no distrito de Tonkolili, adjacente   principal rodovia do país, que leva   capital, Freetown. As planta es são principalmente de eucaliptos e acácias. Devido   proximidade

com Freetown e às importantes instalações portuárias de águas profundas, a Miro tem acesso conveniente aos mercados de exportação de madeira.

O WRM recebeu recentemente informações de que os arrendamentos de terras das comunidades são válidos por 50 anos e que o pagamento que elas recebem por abrir mão de suas terras por cinco décadas é escandalosamente baixo: 2 dólares anuais por hectare. Isso não representa apenas total abuso e exploração, mas também torna muito difícil sua sobrevivência como comunidades.

### **Promessas não cumpridas**

Segundo membros da comunidade, a Miro havia prometido hospitais, poços para água potável, sedes comunitárias, bolsas de estudo e serviço de transporte escolar para as crianças, maquinário para melhorar as práticas agrícolas das comunidades, bem como formação e empregos para seus filhos mais velhos. Nenhuma dessas promessas foi cumprida. No final das contas, as pessoas mal sobrevivem com o valor anual do arrendamento, extremamente baixo. Além disso, os membros da comunidade estão proibidos de entrar nas plantações da empresa, o que impede o acesso a alguns rios e pequenas estradas. O acesso à água é uma grande preocupação para eles, que explicaram que nem mesmo os chefes podem entrar nas áreas da empresa sem ser convidados, pois elas são bem protegidas por seguranças.

De acordo com um contrato entre a Miro e um conselho comunitário, a empresa se compromete a pagar 5% de seus lucros a um Fundo de Desenvolvimento Comunitário para melhorar as condições da comunidade. No entanto, com base na forma como essas empresas organizam suas questões financeiras, é muito provável que a Miro oculte ou minimize significativamente os lucros e, portanto, também evite pagar esse valor às comunidades.

Em Gana, a plantação Boumfoum, da Miro, cobre mais de 10 mil hectares e está localizada na região de Ashanti. Um relatório de 2017 da ONG Ghanian Civic Response revela que a empresa obteve uma concessão de 5 mil hectares na Reserva Florestal de Boumfoum, sem consulta às comunidades, o que resultou em conflitos com pequenos agricultores. O relatório explica que as comunidades só ficaram sabendo dos planos de plantação de árvores da Miro quando a empresa lhes disse que retirassem seus pertences da área. A Miro afirma que os pequenos agricultores estavam ocupando a terra ilegalmente, e derrubou plantações de alimentos e cerca de 13 mil árvores nas fazendas. Os pequenos agricultores despejados não receberam nenhuma indenização, e vários deles processaram a empresa. (13)

### Paraguai

Os dois investimentos do Arbaro no Paraguai são Forestal Apepú S.A. e Forestal San Pedro. O Green Climate Fund aprovou seus planos de expansão em dezembro de 2020. O Arbaro é proprietário integral da Forestal Apepú desde 2019, e a empresa estabelecerá 6.059 hectares de plantações de eucalipto no departamento de San Pedro, que tem um dos maiores desmatamentos do leste do Paraguai e os maiores índices de pobreza e miséria do país. O Arbaro fundou a Forestal San Pedro em 2021, e a empresa administra 6.270 hectares de plantações de eucalipto, com planos de estabelecer outros 1.730 hectares em terras arrendadas, principalmente no departamento de San Pedro.

Uma investigação de campo feita pelo Centro de Estudos Heñoi, em maio de 2021, mostrou os efeitos danosos dessas plantações industriais. (14) Uma pessoa que mora próximo à plantação principal da Apepú disse que, “agora entra o eucalipto, e eles falam que vai ser vantajoso, mas é o contrário, nem uma única pessoa aqui se beneficiou, [não teve] nenhum benefício para os pobres nem para a comunidade. Eles dizem que vão ajudar a comunidade a crescer, mas é só prejuízo; em vez de ajudar, eles querem nossa terra.”

Os moradores destacaram como a insegurança quanto à posse da terra agrava as dificuldades econômicas que enfrentam. Outro morador explicou: “Tinha mais gente aqui, tudo isso era o povoado (...) com um pouco de dinheiro, eles compravam as pessoas. Antes, a comunidade era maior, agora está toda ocupada [por plantações]. Muita gente saiu, eles venderam por um pouco de dinheiro ou em troca de uma vaca, e é isso.”

As empresas de plantação aproveitam as difíceis condições que os camponeses enfrentam e levam os pequenos produtores a acreditar que as monoculturas de eucalipto podem ser uma oportunidade para melhorar sua renda. Outro problema importante é como as empresas se infiltram e dividem as comunidades. Uma estratégia que elas usam é a agricultura terceirizada ou esquemas de “fomento”, em que os produtores plantam eucaliptos em suas próprias terras para serem vendidos à empresa de plantação. Uma mulher disse: “As grandes empresas cercam você, elas estão à sua volta, e se você planta mandioca, não adianta mais, e elas vêm e dizem que vão comprar você, encurralam você. E expulsam os camponeses com dinheiro.”

O grupo Unique, um dos cofundadores do Fundo Arbaro, também está executando um projeto de plantação de eucaliptos em grande escala no Paraguai, por meio de um investimento em uma empresa chamada PAYCO. Essa empresa usa plantações de eucalipto para apoiar a intensificação da produção de gado, altamente insustentável (em parte, por meio da venda de créditos de carbono) e produz combustível à base de madeira, provavelmente para secar um dos outros produtos da PAYCO, a soja transgênica. Também houve relatos de conflitos violentos com povos indígenas e comunidades camponesas sobre as operações da PAYCO. (15)

## **Considerações finais**

Os investimentos do Fundo Arbaro são acompanhados por discursos de restauração florestal e mitigação das mudanças climáticas, e recebem financiamentos internacionais de fontes climáticas e públicas. Eles são estruturados e montados de forma que os gestores possam acessar as poucas fontes de financiamento climático enquanto geram lucros astronômicos para si, praticamente sem riscos para o pouco que investem no empreendimento. Todos esses discursos que supostamente favoreceriam o clima escondem uma realidade mais desastrosa que é enfrentada pelas comunidades onde as plantações são instaladas.

O Fundo Arbaro é um bom exemplo disso. Seus gestores estão garantindo enormes lucros e deixando os riscos financeiros para os investidores externos. Enquanto isso, as comunidades afetadas não apenas estão perdendo suas terras, meios de subsistência e modos de vida, mas também estão sendo enganadas para assinar contratos abusivos, como o de Serra Leoa, de 2 dólares anuais por hectare. As plantações industriais de árvores que

estão sendo estabelecidas com esses investimentos também estão expandindo um modelo de destruição e poluição que só agrava o caos climático.

Portanto, fundos de investimento como o Arbaro estão fortalecendo as estruturas coloniais, racistas e violentas de expropriação, bem como a devastação ambiental e as mudanças climáticas.

### *Secretariado Internacional do WRM*

- (1) Re:common and Counter Balance, Banking on forests, 2014, <file:///Users/Usuario/Downloads/briefing-banking-on-forests.pdf>; e REDD-Monitor, 2019, Indonesia's Katingan REDD project sells carbon credits to Shell. But that doesn't mean the forest is protected. It's threatened by land conflicts, fires and a palm oil plantation, <https://redd-monitor.org/2019/12/12/indonesias-katingan-redd-project-sells-carbon-credits-to-shell-but-that-doesnt-mean-the-forest-is-protected-its-threatened-by-land-conflicts-fires-and-a-palm-oil-plantation/>
- (2) Solicitação do Fundo Arbaro ao GCF, página 27, Seção C: Informações Financeiras
- (3) Carta aberta à direção do Fundo Verde para o Clima, [https://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2020/03/Open-Letter-GCF-Board-Arbaro-Fund\\_-final-w-signatures.pdf](https://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2020/03/Open-Letter-GCF-Board-Arbaro-Fund_-final-w-signatures.pdf)
- (4) Proposta de financiamento do Fundo Arbaro ao GCF, abril de 2020, página 28, Seção C.2: Financiamento por Componente.
- (6) <https://redd-monitor.org/2020/03/10/the-green-climate-fund-must-reject-arbaros-industrial-tree-plantations/>
- (7) Arbaro Advisors, Investing in Sustainable Forestry, <https://www.arbaro-advisors.com/>
- (8) FSC-watch, <https://fsc-watch.com/>
- (9) Arbaro Fund, Relatório anual de Sustentabilidade, 2020, [https://www.arbaro-advisors.com/fileadmin/user\\_upload/Arbaro\\_Fund/Arbaro\\_Fund\\_-\\_2020\\_Annual\\_Sustainability\\_Report\\_LR.pdf](https://www.arbaro-advisors.com/fileadmin/user_upload/Arbaro_Fund/Arbaro_Fund_-_2020_Annual_Sustainability_Report_LR.pdf)
- (10) Arbaro Fund, Arbaro and Ecuadorian Ministry of Agriculture and Livestock sign letter of intent promoting sustainable forestry development, <https://www.arbaro-advisors.com/news-press-old-page/article/arbaro-and-ecuadorian-ministry-of-agriculture-and-livestock-sign-letter-of-intent-promoting-sustainable-forestry-development/>
- (11) Balanço da Miro, 2019, Página 38, Nota sobre direito de uso de ativos.
- (12) Balanço de empreendimentos da Miro, 2019, Comunicação de evento pós-balanço, página 40, nota 10
- (13) *Idem* (9)
- (14) Civic Response, 2017, Assessing Community Consent in Large Scale Land Investments in Ghana, <http://civicresponsegh.org/wp-content/uploads/2017/07/CR-Land-Use-for-web.pdf> e REDD-Monitor, 2021, How the African Forest Landscape Restoration Initiative is promoting the expansion of industrial tree plantations, <https://redd-monitor.org/2021/09/24/how-the-african-forest-landscape-restoration-initiative-is-promoting-the-expansion-of-industrial-tree-plantations/>
- (15) GFC, The Arbaro Fund and monoculture tree plantations in Paraguay, 2021, <https://globalforestcoalition.org/wp-content/uploads/2021/09/Arbaro-paraguay-summary.pdf>
- (16) *Idem* (15)

## **A agenda da empresa de plantações de árvores Suzano na COP26 do clima da ONU: expansão, árvores transgênicas e certificação pelo FSC**

A Suzano esteve presente nas negociações climáticas da ONU de 2021 por um motivo principal: promover as plantações de árvores como uma “solução” para as mudanças climáticas, com o nome de “soluções baseadas na natureza”. Da energia de biomassa, passando pelas plantações para sequestro de carbono, até as árvores transgênicas, a empresa busca lucrar cada vez mais com as chamadas políticas climáticas.

Quem chegava à estação ferroviária de Glasgow em novembro de 2021, para participar da COP26, a reunião climática da ONU, recebia exemplares do *Financial Times* com um anúncio na primeira página da Suzano, a gigante brasileira de celulose e papel. “Apoiamos um mercado de carbono regulamentado para cumprir o Acordo de Paris”, afirma o anúncio. (1)

Em uma lista de tópicos, a maior produtora mundial de celulose de eucalipto afirma que a rápida descarbonização exige “a construção de um mercado de carbono regulado e verdadeiramente global”. A Suzano se descreve como uma “empresa negativa em carbono” que “demonstrou que é possível realizar mudanças positivas hoje”.

E a empresa anuncia sua meta de chegar a “uma remoção líquida de 40 milhões de toneladas de carbono da atmosfera” até 2025.

Na COP26, Walter Schalke, CEO da Suzano, disse à coalizão “Business for Nature” que “a biomassa vai transformar o futuro”. (2) Segundo Schalke, sua empresa “pode fazer parte da solução para as mudanças climáticas, porque [está] nos dois lados da equação: de um lado, absorvendo carbono e, do outro, substituindo materiais fósseis”.

A realidade é que a queima de biomassa para produzir eletricidade está crescendo muito, pelo menos em parte, porque a ONU considera a biomassa como uma fonte de energia neutra em carbono. Isso permite que países e empresas queimem biomassa sem ter que contabilizar as emissões, contribuindo para o cumprimento de suas metas de redução de carbono. Mas a expansão das plantações industriais de árvores e a queima de ‘pellets’ de madeira são altamente prejudiciais para o clima e para as comunidades que dependem da floresta.

Além disso, a Suzano é responsável por uma grande apropriação de terras no Brasil, incluindo territórios de Povos Indígenas. A empresa espera continuar expandindo suas plantações de monoculturas sob o pretexto das “soluções baseadas na natureza”. Outra tática fundamental para a Suzano continuar expandindo suas plantações de eucalipto é se vender como uma empresa que pratica “conservação” e “restauração”. Isso oculta seu histórico desastroso em relação à floresta e seus habitantes.

### **A Suzano e as monoculturas de eucalipto**

Em 2019, a Suzano Papel e Celulose se fundiu à Fibria para formar a Suzano SA. (3) A Fibria era uma empresa resultante de uma fusão anterior, entre a Aracruz Celulose e a

Votorantim Celulose e Papel, uma das indústrias de celulose e papel mais polêmicas do Brasil. (4)

A Suzano tem capacidade para produzir 11 milhões de toneladas de celulose e 1,4 milhão de toneladas de papel por ano. Suas exportações anuais somam 4,5 bilhões de dólares. A empresa possui um total de 2,4 milhões de hectares de terras em sete estados brasileiros (Espírito Santo, Bahia, Maranhão, Ceará, Pará, Mato Grosso do Sul e São Paulo), dos quais cerca de 1,5 milhão consistem em monoculturas de eucalipto de crescimento rápido.

O impacto das vastas plantações da Suzano sobre as comunidades e o meio ambiente em torno delas é grave. Riachos e cursos d'água já secaram, e as condições de trabalho são terríveis. (5) As plantações que a Suzano assumiu no Espírito Santo, ao se fundir com a Fibria, estão em terras pertencentes aos povos indígenas Tupiniquim e Guarani. Após 40 anos de luta, os indígenas conseguiram recuperar 18.070 hectares. (6) As plantações também ocuparam terras de comunidades quilombolas. Além disso, a Suzano assumiu uma participação de 50% da Fibria na Veracel, passando a ser coproprietária, com a Stora Enso, de plantações localizadas em terras do Povo Indígena Pataxó na Bahia.

Em seu site, a empresa afirma que está em busca de “possibilidades de geração de créditos de carbono por projetos florestais (eucalipto e nativas) e de engenharia”. (7)

A Suzano afirma que, em 2020, suas plantações industriais de árvores retiraram um total líquido de 15 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> da atmosfera. A empresa afirma que esses números foram confirmados por um “terceiro”, mas não dá detalhes sobre como eles foram calculados. A empresa não explica quanta destruição de biodiversidade, solo e cultura essas plantações já causaram, quanta poluição foi gerada devido às grandes quantidades de agrotóxicos usados nelas, às máquinas pesadas de corte e transporte, bem como às fábricas de celulose e às infraestruturas relacionadas, nem quanta violência as plantações já causaram a indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais.

O fato de a Suzano estar na COP26 promovendo os mercados de carbono ilustra o quanto as plantações de árvores se tornaram uma oportunidade de negócios no novo “pacote climático”.

### ***A Suzano e as árvores transgênicas***

Em 2010, a Suzano comprou uma empresa registrada no Reino Unido, chamada FuturaGene, que desenvolve pesquisas com árvores transgênicas. (8) Uma empresa chamada Suzano Trading Ltd, registrada no paraíso fiscal das Ilhas Cayman, é proprietária da FuturaGene. (9)

Um folheto explica que “A FuturaGene obteve, em 2003, o evento H421 de eucalipto geneticamente modificado, desenvolvido para aumentar o acúmulo de biomassa”. (10) A empresa alegou que essa árvore transgênica seria 20% mais produtiva. Em 2015, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança do Brasil (CTNBio) aprovou o pedido da Futuragene para o uso comercial do eucalipto H421.

Embora a Suzano afirme que isso tornará suas plantações industriais de árvores mais eficientes, a realidade é que as árvores de crescimento mais rápido usarão ainda mais água subterrânea. E o aumento dos lucros da Suzano, junto com suas ambições de produzir

biomassa, bem como de papel e celulose, representarão um grande crescimento na área de plantações da empresa. Ela continua se expandindo, e está construindo outra grande fábrica de celulose com capacidade de produção anual de 2,3 milhões de toneladas no Mato Grosso do Sul. Isso resultará em ainda mais terras convertidas em plantações de monoculturas de árvores naquele estado e em seus arredores.

Até agora, porém, a FuturaGene está perdendo dinheiro. Em 2019, a empresa teve prejuízo de 13,3 milhões de libras esterlinas (cerca de 17,6 milhões de dólares). No ano seguinte, o prejuízo foi de 8,9 milhões de libras (cerca de 11,7 milhões de dólares). No total, a FuturaGene custou à Suzano SA cerca de 121 milhões de libras (cerca de 160 milhões de dólares).

Uma entrevista do CEO da FuturaGene Stanley Hirsch, em 2016, ilustra a ambição de sua empresa. (11) Hirsch fala sobre uma “grande oportunidade para o setor de biotecnologia industrial”. E revela a gigantesca apropriação de terras que sua empresa almeja:

*“Acho que parte da solução é analisar onde temos terras degradadas. Existem cerca de dois bilhões de hectares de terras degradadas, agrícolas e florestais em todo o mundo, e 75% disso está na África. Essa é uma oportunidade imensa, tanto em termos de possibilidades econômicas quanto de manutenção da sustentabilidade do planeta.”*

Durante a COP26 em Glasgow, no Brasil, a CTNBio aprovou o evento 751K032 de eucalipto transgênico para “sua liberação no meio ambiente, seu uso comercial e quaisquer outras atividades relacionadas a esse OGM e qualquer progênie dele derivada”. A Suzano solicitou à CTNBio a aprovação desse novo eucalipto transgênico resistente ao glifosato.

O uso de agrotóxicos já é [um grande problema onde se instalam as monoculturas](#). Solos, água, biodiversidade, trabalhadores e comunidades sofrem com a contaminação. O eucalipto transgênico resistente ao glifosato levará a um aumento no uso de herbicidas nas monoculturas da Suzano. Os impactos da contaminação também aumentarão.

### **A Suzano e o FSC**

Apesar dos impactos ambientais e sociais das operações da Suzano, as plantações da empresa são certificadas pelo FSC (Forest Stewardship Council, em português: Conselho de Manejo Florestal) como sendo bem manejadas. (12)

Os padrões do FSC proíbem o uso de organismos geneticamente modificados. Mas o FSC conseguiu se esquivar do fato de a Suzano ter investido grandes somas de dinheiro em árvores transgênicas, com a clara intenção de usá-las comercialmente. (13) O FSC argumenta que,

*“A permissão para utilizar comercialmente o clone GM não coloca a Suzano em conflito com as regras do FSC, desde que não faça uso dela. No entanto, se a Suzano continuar com o plantio de árvores transgênicas para fins comerciais, o FSC iniciará um processo formal dentro de sua Política de Associação, levando à dissociação em relação à empresa”.*

A Suzano tem feito lobby junto ao FSC para que abrande ainda mais sua posição sobre as árvores transgênicas e permita que empresas certificadas as plantem. O FSC realizou recentemente uma consulta sobre abrandar sua política sobre árvores transgênicas. O

Global Justice Ecology Project elaborou um abaixo-assinado se opondo às mudanças propostas. (14)

Em seu Relatório Anual de 2019, a FuturaGene explica que (15),

*“Devido aos problemas contínuos com a obtenção de certificação de produtos de Organismos Geneticamente Modificados (“OGM”) do Conselho de Manejo Florestal (FSC), considera-se improvável que haja uma grande utilização comercial do produto antes de 2022.”*

Mas em seu Relatório Anual de 2020, a Futuragene não menciona o FSC e afirma simplesmente que,

*“A utilização comercial do H421 (a tecnologia desenvolvida pelas subsidiárias da empresa) já começou.” (16)*

As plantações da Suzano continuam certificadas pelo FSC.

A Suzano está cada vez mais próxima das plantações comerciais de eucaliptos geneticamente modificados. Portanto, assim vão ser as “soluções baseadas na natureza”. Vastas áreas de monoculturas transgênicas, cultivadas para gerar lucros para empresas.

Para as empresas de plantações industriais de árvores, a COP26 foi uma oportunidade de fazer lobby para acelerar a “economia de baixo carbono” com o plantio de mais árvores! Os mercados de carbono e as táticas de lavagem verde perpetuam as relações de exploração e discriminação inerentes à produção em escala industrial. As pessoas que vivem e dependem dos territórios sacrificados por essa chamada “economia de baixo carbono” industrial têm que arcar com o fardo mais pesado.

Chris Lang

<https://REDD-Monitor.org>

(1) Lauren Gifford, The Financial Times, with a laminated pro-compliance market cover advertisement from Suzano, being handed out to COP26 attendees at the Glasgow train station. novembro de 2021, Twitter, <https://twitter.com/LaurenGifford/status/1457639752316948481>

(2) Business for Nature, COP26 Nature’s Newsroom: Walter Schalka (CEO, Suzano), novembro de 2021, [https://www.youtube.com/watch?v=AnszsJM0\\_0o](https://www.youtube.com/watch?v=AnszsJM0_0o)

(3) Suzano, <https://www.suzano.com.br/en/suzano-is-born-from-the-combination-of-suzano-pulp-paper-and-fibria/>

(4) Brazil: Aracruz – Sustainability or business as usual?, 2005, <https://chrislang.org/2005/10/28/brazil-aracruz-sustainability-or-business-as-usual/>; Brazil: Quilombolas protest against Aracruz Cellulose, 2005,

<https://chrislang.org/2006/02/27/brazil-quilombolas-protest-against-aracruz-cellulose/>; e Brazil: Worked to death by Aracruz, 2005, <https://chrislang.org/2005/11/28/brazil-worked-to-death-by-aracruz/>

(5) Brazil: Worked to death by Aracruz, 2005, <https://chrislang.org/2005/11/28/brazil-worked-to-death-by-aracruz/>

(6) Aprendizagens de lideranças indígenas Tupinikim do Brasil sobre a retomada de seus territórios: uma luta de mais de 40 anos, Boletim do WRM, 2021,

<https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/aprendizagens-de-liderancas-indigenas-tupinikim-do-brasil-sobre-a-retomada-de-seus-territorios-uma-luta-de-mais-de-40-anos/>

(7) Suzano, Central de indicadores, <https://centraldeindicadores.suzano.com.br/metas-longo-prazo/ser-ainda-mais-climate-positive/>

(8) Futuragene Limited, Overview, <https://find-and-update.company-information.service.gov.uk/company/04001406>

(9) Futuragene Limited, People, <https://find-and-update.company-information.service.gov.uk/company/04001406/persons-with-significant-control>

(10) Futuragene, Innovation is Action, [https://www.futuragene.com/wp-content/uploads/2018/06/8\\_FuturaGene-3.pdf](https://www.futuragene.com/wp-content/uploads/2018/06/8_FuturaGene-3.pdf); and International Service for the Acquisition of Agri-Biotech Applications, Event Name: H421, <https://www.isaaa.org/gmaprovaldatabase/event/default.asp?EventID=395>

- (11) GlobalBiotechRevolution, GapSummit 2016 – Entrevista com o dr. Stanley Hirsch, 2016, <https://www.youtube.com/watch?v=JO4I935ByKs>
- (12) Certificados do FSC– Suzano: <https://bit.ly/3mFoobv>; <https://info.fsc.org/details.php?id=a02f300000jmYnSAAU&type=certificate>; e <https://info.fsc.org/details.php?id=a024000000H4SozAAF&type=certificate>
- (13) FSC, Application of Suzano for commercial use of genetically modified trees, <https://fsc.org/en/newsfeed/application-of-suzano-for-commercial-use-of-genetically-modified-trees>
- (14) The Campaign to STOP GE Trees, FSC Petition Demands Strong GE Tree Ban, <https://stopgetrees.org/new-fsc-petition-demands-strong-ge-tree-ban-sign-by-dec-14/>
- (15) Futuragene, 2019, <https://find-and-update.company-information.service.gov.uk/company/04001406/filing-history/MzI3MzI0MTc5MGMGFkaXF6a2N4/document?format=pdf&download=0>
- (16) Futuragene, 2020: <https://bit.ly/3Jprdao>

## RECOMENDADOS

### Série de animação “Histórias de descolonização”

A Fundação Gaia e outros membros fundadores do Coletivo Africano sobre Jurisprudência da Terra-SALT no Quênia, AFRICE em Uganda, e EarthLore no Zimbábue e na África do Sul, produziram três histórias em desenho animado que exploram a recuperação da terra, água, sementes e culturas centradas na Terra por parte de comunidades indígenas e tradicionais em Uganda, Zimbábue e Quênia. Essas histórias de descolonização demonstram o imenso valor do conhecimento e das práticas indígenas, e são alternativas vivas à economia de crescimento industrial dominante. Como afirmam os produtores, essas histórias são um testemunho “de que os danos e perdas sofridos desde a colonização podem ser curados”.

Assista e compartilhe as animações (disponíveis apenas em inglês):

\* Grains of Hope. The revival of seeds, land and culture in Bikita, Zimbabwe,  
<https://spark.adobe.com/page/TCTrBeg6TZTXN/>

\* Land of the Bees. Turning the tide on a history of loss in Tharaka, Kenya,  
<https://spark.adobe.com/page/Kb9sull88Sp9U/>

\* Custodians of Life. How the Bagungu People are reviving sacred custodianship in Uganda,  
<https://spark.adobe.com/page/hDcRWPfEkMOrC/>

### A economia feminista: aprendendo com as mulheres agricultoras

O vídeo é produzido pela Organização Feminista SOF Sempre Viva, em parceria com a RAMA – Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras da Barra do Turvo, no Brasil. O vídeo apresenta a Economia Feminista como uma construção cotidiana na vida das mulheres e como um projeto político a ser perseguido para organizar a sociedade como um todo, articulando as dimensões do trabalho na agricultura, agroecologia, organização comunitária, soberania alimentar, reprodução da vida e do movimento feminista. Nele, as agricultoras falam sobre as transformações que a organização coletiva tem causado em suas vidas. O vídeo está disponível no canal da SOF no YouTube, em português, espanhol, inglês e francês.

PO: <https://www.youtube.com/watch?v=MkUbORBmqk4>

IN: <https://www.youtube.com/watch?v=a99zGQqHtRw>

ES: [https://www.youtube.com/watch?v=z\\_d6l59y\\_DM](https://www.youtube.com/watch?v=z_d6l59y_DM)

FR: <https://www.youtube.com/watch?v=avtlayPkDnc>

### Poluidores e saqueadores. As raízes da crise na África

A WOMIN African Alliance lançou o primeiro de uma série de curtas-metragens de animação. Esta animação conta a história o que as comunidades rurais, camponesas e operárias de todo o continente africano enfrentaram desde o início da colonização até o atual capitalismo neoliberal. Esta é uma história sobre vidas e meios de subsistência desarticulados e destruídos, sobre a catástrofe ambiental causada por indústrias extrativas atuando sem limitações, sobre a violência contra pessoas pardas e negras cujas vidas são constantemente desvalorizadas, e sobre a exploração do trabalho feminino de cuidado e a violência perpetrada nos corpos das mulheres. Mas também é uma história de resistência liderada por mulheres e comunidades que se levantam para defender as pessoas e a natureza e apresentar uma visão diferente sobre a África e suas ideias para uma vida diferente para seus povos livres de saqueadores e poluidores. Veja o vídeo em inglês aqui: <https://youtu.be/IAqj-iSSvuQ>

## Vigilância nos territórios: agricultura 4.0

Conheça as ameaças da agricultura 4.0. e a possível resistência das mulheres camponesas. Ao chegar ao campo, os titãs tecnológicos – robôs, mapeamento, extração de dados, persuasão e espionagem – enfrentam a resistência camponesa: sabedoria, experiência, intercâmbio e respeito pela natureza. Uma animação da Red Tecla, em conjunto com a Marcha Mundial das Mulheres, Grupo ETC e REDES - Amigos da Terra Uruguai, nos conta essa história. Veja o vídeo em espanhol e português.

ES: <https://www.youtube.com/watch?v=OjufHbW5WUo&t=1s>

PO: <https://www.youtube.com/watch?v=4VoSw1uulw4>

## A farsa da compensação Total

A farsa da compensação é o novo negacionismo climático, e com consequências perigosas. O Greenpeace Internacional lançou este vídeo curto para mostrar como a gigante petrolífera francesa Total afirma estar comprometida com um futuro de energia limpa, mas procura petróleo em uma floresta intocada na República do Congo, lar de muitas comunidades indígenas. Veja o vídeo aqui:

<https://youtu.be/eYScY6QQBSM>

Todos os artigos do Boletim podem ser reproduzidos e divulgados com a seguinte fonte:

**Boletim 259 do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM): "Frente às imposições do capital, a luta continua!"** (<https://wrm.org.uy/pt/>)

### [Assine o Boletim do WRM](#)

O boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é gratuita.

**Você perdeu a última edição do boletim do WRM**

**"Comunidades resistem à concentração de terras e às plantações de árvores – a cúpula do clima 2021 causará mais de ambas"**

**[Acesse esta e todas as edições anteriores neste link](#)**

### **Boletim do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)**

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editora: Joanna Cabello

Apoio editorial: Elizabeth Díaz, Lucía Guadagno, Jutta Kill, Winfridus Overbeek e Teresa Pérez

### **Secretaria Internacional do WRM**

Av. Bolívia 1962 Bis, CP 11500 Montevideo, Uruguai

Tel/fax: +598 26056943

[wrm@wrm.org.uy](mailto:wrm@wrm.org.uy) - <http://wrm.org.uy/pt>